



RELATO DE PESQUISA

CONSIDERAÇÕES SOBRE A GRAMÁTICA DE ANCHIETA: USO DE ACENTOS

Leonardo Ferreira KALTNER  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Melyssa CARDOZO  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

RESUMO

O presente artigo, derivado de apresentação no ABRALIN em Cena de 2021, tem como tema central a recepção do pensamento linguístico do humanismo renascentista europeu na América portuguesa, contexto em que foi escrita a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1595) de S. José de Anchieta, SJ (1534-1597). A gramática anchietana teve a sua provável redação entre os anos de 1554 e 1556, na capitania de São Vicente, e descreve a língua dos indígenas de cultura Tupinambá, com finalidade catequética e missionária, contexto que é analisado no início do texto. Dessa forma, o artigo dialoga com o modelo teórico-metodológico de Swiggers, para a Historiografia da Linguística e a Linguística Missionária. Para a interpretação da gramática anchietana e sua descrição da língua indígena da costa do Brasil, selecionamos neste estudo o segundo e terceiro parágrafos do primeiro capítulo “das Letras”, analisando a intertextualidade com a obra quincentista de Marthurin Cordier, em relação ao uso de acentos em língua latina. A finalidade da comparação é demonstrar o uso dos acentos por Anchieta e o diálogo de sua obra com textos humanísticos de sua época.

ABSTRACT

This article, derived from the presentation at the congress ABRALIN em Cena 2021, has as its main theme the reception of the linguistic thought

OPEN ACCESS

EDITORES

- Miguel Oliveira, Jr. (UFAL)
- René Almeida (UFS)

AVALIADORES

- Bethania Mariani (UFF)
- Shelton Souza (UFAC)

SOBRE OS AUTORES

- Leonardo Ferreira Kaltner
Conceptualização, Escrita –
Rascunho Original, Metodologia.
- Melyssa Cardozo
Escrita – Análise e Edição,
Visualização.

DATAS

- Recebido: 22/03/2021
- Aceito: 20/04/2021
- Publicado: 19/06/2021

COMO CITAR

KALTNER, L.F.; CARDOZO, M. (2021).
Considerações sobre a Gramática de
Anchieta: uso de acentos. *Cadernos de
Linguística*, v. 2, n. 2, e360.

of European Renaissance humanism in Portuguese America, a context in which was published the *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1595) by S. José de Anchieta, SJ (1534-1597). The anchietan grammar was probably wrote between the years 1554 and 1556, in the captaincy of São Vicente, and describes the language of the Tupinambá indigenous people, for catechetical and missionary purposes, a context that is analyzed at the beginning of the text. In this way, the article dialogues with Swiggers' theoretical-methodological model, for the Historiography of Linguistics and Missionary Linguistics. For the interpretation of the anchietan grammar and its description of the indigenous language of the coast of Brazil, we selected in this study the second and third paragraphs of the first chapter “das Letras”, analyzing the intertextuality with the 16th century work of Marthurin Cordier, in relation to the use of accents in Latin language. The purpose of the comparison is to demonstrate the use of accents by Anchieta and the dialogue of his work with humanistic texts of his time.

PALAVRAS-CHAVE

Historiografia da Linguística; Linguística Missionária;
Gramaticografia; Anchieta.

KEYWORDS

Historiography of Linguistics; Missionary Linguistics;
Gramaticography; Anchieta.

REGNA BRASILLICA: UMA HISTÓRIA LINGUÍSTICA EURO-BRASILEIRA QUINHENTISTA

O objetivo geral desse artigo, baseado em apresentação do ABRALIN em Cena 2021, é debater, a partir de uma perspectiva teórico-metodológica da Historiografia da Linguística (HL) e da Linguística Missionária, as estratégias para se escrever uma história da recepção do pensamento linguístico europeu no Brasil quinhentista, no contexto da colonização da América portuguesa. A corrente de pensamento hegemônica nesse contexto era o humanismo renascentista português, de matriz europeia, influente na política missionária, tema que tem se desenvolvido em trabalhos anteriores (KALTNER, 2019a, KALTNER *et al.* 2019b, KALTNER, SILVA, 2019c; KALTNER, 2019d).

A necessidade de se analisar a corrente de pensamento derivada da educação humanística em Portugal é fundamental para a interpretação da gramática anchietana (KALTNER, 2020a, 2020b, 2020c, 2020d, 2020f e KALTNER, SANTOS, 2020e). A partir desse debate teórico, fundamentado nas obras de Konrad Koerner (KOERNER, 1996) e Pierre Swiggers (SWIGGERS, 2013), buscamos analisar como o contato linguístico entre colonizadores europeus e indígenas, e a posterior política missionária de gramatização de uma língua de contato, influíram na constituição de um pensamento linguístico euro-brasileiro na América portuguesa do século XVI, com reflexões sobre as línguas indígenas no contexto de colonização ultramarina.

A obra *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (ANCHIETA, 1595) de S. José de Anchieta, SJ (1534-1597) é a única obra gramatical escrita nesse contexto intercultural quinhentista, que registra a gramatização latino-portuguesa do idioma dos Tupinambás, a língua da costa do Brasil, utilizada no processo missionário e catequético da época. Analisar a gramática anchietana é objetivo específico e tema central do artigo, buscando notar as influências do pensamento humanístico na obra de Anchieta e a possível intertextualidade entre sua gramática e outras obras do século XVI.

A intertextualidade (SWIGGERS, 2013), como método comparativo, e a análise interpretativa de obras do período, derivadas da tradição educacional do humanismo renascentista europeu, são tarefas filológicas fundamentais para se compreender o pensamento linguístico anchietano, oriundo de seu contexto educacional e do clima intelectual de sua época. Nesse aspecto, tecemos comentários, no artigo, acerca da utilização de acentos por Anchieta, em comparação com a obra de Marthurin Cordier, humanista notadamente influente no período quinhentista, em relação ao ensino de latim, sobretudo na educação humanística francesa.

A gramática de Anchieta foi publicada com dezesseis capítulos, na tipografia de Coimbra, no ano de 1595, ainda que tenha sido escrita, provavelmente, entre 1554 e 1556, a partir do contato de Anchieta com indígenas e com intérpretes, na capitania de São Vicente

(ANCHIETA, 1990). Registra-se que o primeiro curso, ou classe, de uma língua indígena tenha sido ministrado em 1556, em Salvador (TUFFANI, 2012), sendo provável a utilização da gramática anchietana, ao menos em esboço, nesse contexto institucional incipiente. Seu uso, como material didático, ao longo do século XVI pode ser atestado por documentação coeva, e foi sucedida pela gramática de Figueira, a *Arte da língua brasilica*, publicada em 1621.

O pensamento linguístico de Anchieta deriva de uma época muito profícua no desenvolvimento do pensamento linguístico europeu, que é o período da educação humanística renascentista. Dessa forma, a intertextualidade com obras como as gramáticas de Antonio de Nebrija, Estevão Cavaleiro, João de Barros, Clenardo, Jan Van Spauter é uma das possibilidades de análise do pensamento linguístico predominante na colonização linguística da América portuguesa, no círculo intelectual dos primeiros missionários enviados à colônia. Sendo a intelectualidade da América portuguesa dessa época vinculada à política missionária ibérica, o campo teórico da Linguística Missionária (ZWARTJES, 2011) é auxiliar para a interpretação do documento gramatical escrito por Anchieta.

Na gramática anchietana, há a utilização de metatermos gramaticais latino-portugueses, o que nos demonstra que o superstrato gramatical latino-português influenciou na gramatização do idioma dos Tupinambás, como atesta a pesquisa de tupinólogos, como Aryon Rodrigues (RODRIGUES, 1958), e gramaticógrafos, como Ricardo Cavaliere (CAVALIERE, 2012). Os conceitos filológicos de superstrato e substrato se aplicariam na descrição linguística da América portuguesa quinhentista, tendo em vista este ser o período inicial de implantação da língua vernacular europeia do colonizador na sua colônia costeira. Esse aspecto carece de maiores debates, não sendo tema central abordado em nosso artigo, mas se configura como um dos problemas críticos de análise desse contexto histórico. O tema foi apresentado e debatido também na obra *A implantação da língua portuguesa no Brasil do século XVI* (CASAGRANDE, 2005).

A colonização linguística, nesse contexto, pode também ser problematizada sob um prisma interdisciplinar ecolinguístico, conforme Swiggers (SWIGGERS, 2013) recomenda ao citar a necessidade de aportes interdisciplinares para a HL (Historiografia da Linguística) no Brasil, o que podemos interpretar como um método para se analisar a questão das línguas indígenas e africanas na constituição de uma sociedade multicultural e plurilíngue, marcada, porém, pela desigualdade social desde sua origem. Nesse sentido, a pesquisa sobre a gramática anchietana, atualmente, visa a defender o estudo das línguas indígenas como tarefa dos Estudos de Linguagem no Brasil, especificamente.

O pensamento linguístico derivado do contexto colonial quinhentista advém de uma base intercultural euro-brasileira, cuja matriz linguística é europeia, tendo em vista ser marcado o século XVI pelo desenvolvimento da corrente de pensamento do humanismo renascentista português, notadamente influente no primeiro século de colonização do

Brasil, através da política missionária. Por outro lado, é marcado o pensamento linguístico euro-brasileiro quinhentista por uma matriz cultural indígena Tupinambá, cuja língua foi gramatizada, a partir de um modelo gramatical latino-português, para uso na catequese e para a formação das primeiras alianças entre europeus e indígenas, que permitiram o estabelecimento da colônia.

Os círculos intelectuais de missionários que se constituíam na colônia estavam a serviço do papado de Roma, de ordens religiosas, mas também da coroa portuguesa absolutista. Assim, missionários franciscanos e jesuítas, entre outros intérpretes, inicialmente, teriam travado contato linguístico com a população autóctone de cultura Tupinambá costeira, cuja língua seria descrita por Anchieta, em sua gramática, em meados do século XVI.

O fenômeno central a ser investigado, nesse contexto, é o conhecimento linguístico que possibilitou a Anchieta gramatizar a língua dos Tupinambás com a redação de sua gramática humanística e missionária. A obra de Anchieta foi produzida no contexto das gramáticas humanísticas renascentistas europeias, com a finalidade missionária do trabalho catequético jesuítico na América portuguesa.

O período jesuítico de redação da obra gramatical de Anchieta, entre 1554 e 1556, porém, é anterior à gramática de Manuel Álvares, publicada em 1572, e da *Ratio Studiorum*, de 1599, o que denota uma possível influência de fontes humanísticas anteriores à hegemonia desse modelo pedagógico e educacional, que parece mais próximo à obra de Figueira, que sucedeu a gramática anchietana na América portuguesa, como supracitado. Nesse sentido, a obra de Anchieta apresenta maiores inovações e mesmo algumas indecisões devido ao seu caráter pioneiro.

Ronaldo Batista (BATISTA, 2005) elenca o enquadramento da descrição de Anchieta ao modelo greco-latino, apreendido em sua recepção renascentista. Anchieta se vale da divisão em partes da oração (*partes orationis*), oriundas da tradição gramatical greco-latina, mas já presentes nas obras de Nebrija e de João de Barros, adaptadas também às línguas vernaculares. Note-se que há uma ausência de conjunções e conectivos oracionais na gramática anchietana, das oito partes do discurso originais do grego e do latim, que diferiam apenas entre as categorias gramaticais de artigo e a interjeição. Apenas pronomes relativos são citados por Anchieta como conectivos, além de participios e gerúndios, e grande parte da descrição sintática da língua dos Tupinambás é descrita partir de uma complexa sintaxe verbal (ANCHIETA, 1595).

A gramatização da língua dos Tupinambás por Anchieta se dá na busca de equivalências entre modelos gramaticais anteriores, aos quais o missionário teve acesso em seu processo educacional e de formação intelectual até a chegada à América portuguesa, quando parte de Portugal, em 1553. As fontes linguísticas de Anchieta para a descrição da língua dos Tupinambás são os indígenas da capitania de São Vicente, seus

catecúmenos, sobretudo crianças, os intérpretes, os *línguas*, e outros missionários com quem trava contato, além de grupamentos indígenas diversos.

As cartas de Anchieta, editadas por Hélio Viotti (ANCHIETA, 1984), nos dão uma ideia geral desse contexto, na segunda leva de missionários que chegaram à América portuguesa. No ano em que Anchieta foi enviado para o Brasil, cinco missionários haviam sido enviados para a Índia e sete para a América portuguesa, entre os quais estaria Anchieta. Esse grupamento de colonos era composto por missionários já doentes, que viriam para “morrer entre infiéis” e servir ao ensino das crianças (ANCHIETA, 1984, p. 54). Os intérpretes indígenas para esses missionários seriam, inicialmente, crianças órfãs miscigenadas atendidas pela missão religiosa, conforme a missiva enviada por Anchieta a S. Inácio de Loiola, de Piratininga, em julho de 1554:

Todo este tempo que havemos estado aqui, nos mandaram de Portugal alguns dos meninos órfãos, aos quais tivemos e temos conosco, sustentando-os com muito trabalho e dificuldade. Isso nos moveu que recolhêssemos aqui também alguns órfãos, principalmente dos mestiços da terra, assim para os amparar e ensinar (...). [...] como também porque são línguas ou intérpretes (ANCHIETA, 1984, p. 55).

Havia os órfãos portugueses, enviados pela coroa, e os órfãos da terra, geralmente crianças abandonadas, miscigenadas de mães indígenas e pais portugueses, que seriam os primeiros catecúmenos e alunos das classes de humanidades dos missionários jesuítas nessa região de Piratininga, como Anchieta descreve. Para a HL, nos interessa o fato de que essas crianças seriam os intérpretes e os informantes da língua dos Tupinambás para Anchieta, inicialmente. Na carta, há uma crítica moral profunda à comunidade local, o que é típico das narrativas coloniais, sendo um *tópos* retórico que justificaria a necessidade das missões religiosas e não devem ser interpretados *ipsis litteris* pelo pesquisador contemporâneo.

Anchieta rotula em missiva posterior (ANCHIETA, 1984) a América portuguesa de “Índia brasílica”, assinalando que o projeto missionário jesuítico, nesse contexto da época em que teria escrito a gramática, entre 1554 e 1556, estaria dividido em quatro regiões e subordinado a Manuel da Nóbrega. O pólo principal seria a cidade de Salvador, sede do governo-geral, em seguida, a capitania de Porto Seguro, depois, a capitania do Espírito Santo e, por fim, a capitania de São Vicente, habitada por portugueses. A partir desses núcleos, Anchieta descreve a educação de meninos como principal tarefa missionária, com a introdução aos “rudimentos da fé” e aos “elementos de ler e escrever”. Na carta escrita em São Paulo de Piratininga, em setembro de 1554, Anchieta oferece um panorama dos missionários que atuam como intérpretes:

Cá foram admitidos na Companhia Pero Correia, dos nobres deste reino, muito conhecedor da língua dos índios, que trouxe o maior auxílio à conversão dos infiéis com a grandíssima autoridade que tem junto deles e com conhecimento exatíssimo da língua; Antônio Rodrigues e Manuel de Chaves, Fabiano e Antônio – todos intérpretes dos índios – Manuel Nogueira, João de Souza, Gonçalo, Antônio. Todos estes como disse acima, residiam em São Vicente entre os portugueses, onde tinham juntado muitos filhos dos índios de diversas partes e os instruíam muito bem nos rudimentos da fé cristã, nas primeiras letras e na escrita (ANCHIETA, 1984, p. 69).

Para se compreender o contexto político de escrita da gramática podemos recorrer à legislação vigente da época, no que tange às políticas linguísticas. Esse complexo contexto jurídico colonial se dá sob o ordenamento derivado das *Ordenações Manuelinas*, do *Regimento de Tomé de Souza* e das *Constitutiones* jesuíticas, relacionado ao processo de colonização e catequese das comunidades indígenas da América portuguesa. O ensino humanístico, empreendido pelos missionários jesuítas, está previsto na formação da América portuguesa, nesse contexto quinhentista da expansão ultramarina do reino absolutista de Portugal. Esse também é o período em que a corrente de pensamento do humanismo renascentista se desenvolve em Portugal, entre 1485 e 1596, sendo o principal ponto de ancoragem (SWIGGERS, 2013) da época de Anchieta a reforma educacional e a política cultural empreendidas por D. João III.

As escolas de ler e escrever em Portugal se desenvolviam com a adoção de materiais didáticos para a alfabetização já com a concepção humanística de ensino, em uma alfabetização latino-portuguesa, que favoreciam o aprendizado do vernáculo, conforme Hansen:

Os alunos que então aprendiam a ler e escrever estudavam em cartilhas e gramáticas, como a *Cartilha para aprender a ler* e a *Gramática elementar da língua*, de João de Barros; a *Cartilha de linguagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira; *As regras de ensinar a maneira de escrever a ortografia portuguesa*, de Pedro de Magalhães; a *Cartilha para ensinar a ler com as doutrinas da prudência, adjunta uma solfa de can-tigas para atizar curiosidade*, de Frei João Soares (HANSEN, 2010, p. 95).

Note-se que a tarefa de alfabetização, no século XVI, andava lado a lado com a catequese, como reflexo das instituições quinhentistas, que eram regidas pelo Estado absolutista e pela Igreja, como instituições centrais. Nesse aspecto, as cartilhas de alfabetização que apresentam conteúdo doutrinário são objeto de estudos da Linguística Missionária. Não sabemos ao certo quais materiais didáticos, entre estes documentos, foi, exatamente, aplicado na América portuguesa quinhentista, nos períodos de Nóbrega e Anchieta, mas o sistema de ensino de ler e escrever não devia diferir muito entre a metrópole e a colônia, considerando-se apenas as diferenças de ordem material, no funcionamento e fomento das instituições.

1. MANUEL DA NÓBREGA E O PROJETO DE UMA EDUCAÇÃO HUMANÍSTICA NA AMÉRICA PORTUGUESA

A gramática anchietana precisa ser considerada no âmbito do projeto de implantação de instituições de ensino missionárias na América portuguesa quinhentista, logo a finalidade da gramática era a descrição da língua para a catequese e seu uso seria vinculado às aulas de gramática, no modelo educacional renascentista, para o ensino de humanidades.

Consta que a primeira classe para o ensino da língua dos Tupinambás já teria se dado em Salvador no ano de 1556, o que é compatível com o período final da redação da gramática anchietana. Nóbrega havia estabelecido, no contexto do regimento de Tomé de Souza, as primeiras instituições escolares e missionárias:

No Estado do Brasil, os colégios fundados por Nóbrega a partir de 1549 realizavam a segunda parte do programa "catequese e escola", proposto inicialmente por ele para o colégio da Bahia. Nos colégios que fundou em Pernambuco, em Ilhéus, em Porto Seguro, no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, em São Vicente e em São Paulo de Piratininga, havia cursos de ler e escrever e ensinava-se "gramática" ou latim (HANSEN, 2010, p. 97).

Esse contexto, porém, pode ser considerado mais amplo, se atentarmos para o fato de que o projeto educacional jesuítico, em que se inscreve a obra gramatical de Anchieta, foi desenvolvido por Manuel da Nóbrega, seu superior e mentor intelectual, na fase em que desenvolveu a gramática. As inconstâncias e incertezas sobre a colonização da América portuguesa marcaram essa fase e os poucos recursos, sempre descritos nas missivas, demonstram as grandes dificuldades na projeção e execução da educação colonial, prevista no regimento de Tomé de Souza. Mesmo com grandes adversidades, as atividades intelectuais, inclusive o ensino de línguas, ocorreu nesse contexto, já se valendo das técnicas desenvolvidas pelos missionários com formação humanística, o que possibilita a gramatização da língua dos Tupinambás por Anchieta.

Nóbrega adotaria as *Constitutiones Societatis Iesu* na formulação do sistema de ensino das primeiras instituições jesuíticas, a partir de 1556, quando o jesuíta Leonardo Nunes (SANTOS SOBRINHO, 2013) retorna da Europa, em viagem para obter maior contato com seus superiores. O retorno de Leonardo Nunes à América portuguesa marca um ponto de ancoragem na colonização linguística do Brasil quinhentista, ao integrar as atividades missionárias da região às demais atividades jesuíticas. Isso marcaria, por fim, a atuação de Anchieta como missionário nesse período histórico.

Os colégios de meninos de Salvador e de São Vicente foram as primeiras instituições organizadas, em seguida, outras escolas e colégios seriam abertos, no Espírito Santo, Rio de Janeiro e em Recife (VIOTTI, 1980). O ensino de latim era predominante nas *Constitutiones*, tendo em vista o caráter evangelizador e universal do documento, relacionado à política missionária, o que seria adotado na América portuguesa, com as devidas possibilidades e com adaptações, como o uso da gramática anchietana, para o ensino da língua dos Tupinambás:

Em 1553, quando ordenou juridicamente o Colégio de São Vicente, Nóbrega determinou que a leitura e a escrita fossem ensinadas também para os meninos externos, brancos e mamelucos, filhos de portugueses, que aprenderiam como os outros internos a doutrina católica, canto, flauta e gramática (latim). Observando que os índios gostavam de dançar e cantar, desde cedo os padres usaram a música como instrumento catequético, julgando-a eficaz na transmissão da doutrina (HANSEN, 2010, p. 99).

O ensino de latim, no projeto missionário colonial da América portuguesa, possuía como finalidade prática a epistolografia humanística, isto é, entre as tarefas dos missionários estava a de redigir cartas a seus superiores, escritas em vernáculo, também em latim. O uso da língua latina na epistolografia estava na base da educação linguística renascentista, tendo em vista a notável influência da obra latina de Cícero nesse aspecto, sobretudo no ensino de latim, como está registrado em planos educacionais da época como o *Schola Aquitanica* e mesmo a *Ratio atque Studiorum*, posteriormente.

Além do uso prático da língua latina, na epistolografia missionária, o uso literário da língua e a sua expressão fariam parte dos exercícios de emulação de autores clássicos, componente curricular da concepção de gramática na época do Renascimento, o que Anchieta também desenvolveu nesse contexto educacional, em sua obra literária. Acerca dos conteúdos propostos nas *Constitutiones*, encontramos no *Caput V – De doctrina cui Scholastici Societatis studere debent* (Sobre a doutrina à qual os escolásticos da Companhia devem estudar) uma sugestão de conteúdos vinculados ao estudo das *litterae humaniores*, a gramática e a poética, obras aristotélicas e teológicas. É interessante notar que as letras humanas estavam vinculadas ao ensino de línguas diversas, o que justifica Anchieta ter desenvolvido uma produção literária na língua indígena, no vernáculo português e no espanhol, além do latim. O ensino de gramática era parte do estudo das *litterae humaniores*:

Et quia generatim loquendo, litterae humaniores diuersarum linguarum. Logica itidem, Naturalis ac Moralis Philosophia, Metaphasica, Theologia tam quae Scholastica, quam quæ Positiua dicitur, et sacra Scriptura ad id iuuant; harum Facultatum studiis operam dabunt qui ad Collegia mittuntur (SOCIETATIS IESU, V, 1558, p. 46).

(Assim, pois, falando de maneira geral, [os alunos devem estudar] as letras humanas, ou humanidades, em diversas línguas. A Lógica, também, a Filosofia natural e a moral, a Metafísica, a Teologia, tanto a escolástica, quanto a que é chamada de positiva, por fim, as Sagradas Escrituras que ajudam a isto. Dedicar-se-ão aos estudos destas faculdades os que forem mandados aos colégios).

2. A ESTRUTURA DA GRAMÁTICA DE ANCHIETA: O USO DE ACENTOS E O PRIMEIRO CAPÍTULO

A gramática de Anchieta é estruturada em capítulos, cada um rotulado por um título. Os dezesseis capítulos possuem subdivisões internas, porém, não há um sumário geral. A gramática é escrita no vernáculo português, com alguns metatermos gramaticais latinos e exemplos transcritos da língua dos Tupinambás. Os exemplos não são apresentados com tradução, o que dificulta, para o leitor atual, a interpretação da gramática. A primeira tradução dos termos escritos na língua dos Tupinambás foi desenvolvida por Julius Platzmann, para o alemão, no século XIX, posteriormente Armando Cardoso, no século XX traduziu novamente os vocábulos indígenas, na sua edição dos *Monumenta Anchieta*.

Anchieta cita o momento em que, provavelmente, estava finalizando a sua gramática, em carta escrita em São Vicente aos 20 de março de 1555:

Quanto à língua, eu estou nela algum tanto adiante, ainda que seja muito pouco para o que soubera, se me não ocuparam em ensinar gramática. Todavia, tenho toda a maneira dela por arte, e, para mim, tenho entendido quase todo o modo dela. Não a ponho em arte, porque não há a quem aproveite. Somente aproveito-me eu dela, e aproveitar-se-ão os que de lá vierem, que souberem gramática (ANCHIETA, 1984, p. 88).

Armando Cardoso cita outros testemunhos de uso da gramática, atestando a sua recepção no século XVI, sobretudo pelo empenho de Luís da Grã, e mesmo a rotulagem de língua brasílica para nomear a língua descrita por Anchieta, que chegava a ser chamada de grego, devido à substituição no programa das *Constitutiones* do grego pela língua dos Tupinambás, ou língua brasílica (ANCHIETA, 1990, p. 141-143). Em um dos testemunhos, há a referência do início da leitura da obra pelos nominativos, isto é, pelo quarto capítulo da gramática. Os três primeiros capítulos referentes aos critérios de transcrição e temas de fonética são de difícil compreensão, sem o devido conhecimento da língua indígena.

A estrutura da gramática de Anchieta em dezesseis capítulos pode ser subdividida em três grandes grupos: temas relacionados à fonética da língua dos Tupinambás, temas relacionados à morfologia e, por fim, à sintaxe, sobretudo verbal. Na divisão em partes da oração feita por Anchieta na gramática não há menção a conjunções, salvo o pronome relativo. Há menção ao uso de participios como orações reduzidas, o que aproxima a sintaxe da língua dos Tupinambás à sintaxe grega, mas de forma simplificada. A gramática é dividida em 388 parágrafos por Julius Platzmann, em sua edição alemã, da qual retiramos o significado e a tradução dos vocábulos indígenas (PLATZMANN, 1874; 1876).

Podemos propor para análise do primeiro capítulo da gramática anchietana uma subdivisão em duas partes: uma parte inicial em que descreve de modo geral os critérios de equivalência entre a línguas dos Tupinambás e o vernáculo português, e uma segunda parte, ainda no primeiro capítulo, que apresenta, brevemente, as variantes da língua e aspectos relacionados às alterações de pronúncia no sistema verbal, na formação de advérbios e nomes com a proposição *pè*.

O primeiro capítulo da gramática, intitulado *Das Letras*, apresenta de forma geral a equivalência entre o uso do sistema de escrita latino, com seu silabário, no vernáculo português e o contraste com a língua dos Tupinambás. Anchieta, na primeira parte do capítulo, dedica sua descrição da língua a destacar exemplos de transcrição e registra as exceções, como ausência das letras f, l, s, z e rr, dos grupos de muda com líquida, como cra e pra, o uso do ç, na transcrição (ANCHIETA, 1595). Ao apresentar essas diferenças básicas no uso de letras, o gramático se refere não só à ortografia, mas ao valor fonético das letras, relatando a ausência de alguns fonemas na língua dos Tupinambás e a falta de necessidade de representação desses fonemas na escrita e transcrição.

No primeiro capítulo, nessa primeira parte ainda, são marcadas as diferenças na marcação da nasalização de vogais, o que leva Anchieta a usar o til para transcrever essas vogais nasais, que não se igualam ao uso do vernáculo português m e n, são, em seguida, apresentados três exemplos nesse caso: *ti* (nariz), *ainupã[^]* (eu bato) e *ruã[^]* (não), sendo que as duas últimas são acentuadas com til e circunflexo, ao mesmo tempo, em sua vogal final. Por fim, nessa primeira parte do primeiro capítulo, Anchieta apresenta também o fato de não haver consoantes continuadas nos vocábulos, salvo os grupamentos *mb*, *md*, *ng*, apresentando como exemplo: *ai-mombô^r* (eu desdenho), *ai-mondô²* (eu envio), *ai-meêng³* (eu dou, eu entrego):

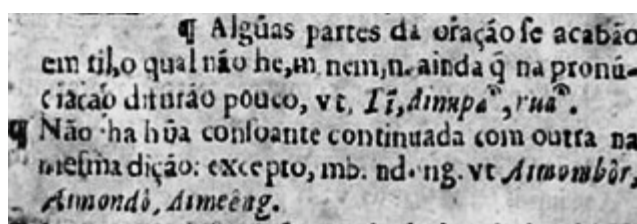


Figura 1. Excerto da gramática anchietana (ANCHIETA, 1595, 1f).

Transcrição e tradução, parágrafos 2 e 3:

Algumas partes da oração se acabam em til, o qual não é m, nem n, ainda que na pronúncia difiram pouco, como *Ti*, *ainupã[^]* e *ruã[^]*. Não há uma consoante continuada com outra na mesma palavra, exceto *mb*, *nd*, *ng*, como *Aimombôr*, *Aimondô*, *Aimeêng*.

A partir da tradução alemã de Julius Platzmann, podemos apreender o sentido dos vocábulos na língua dos Tupinambás, no segundo e no terceiro parágrafos da gramática anchietana.

- 1 Temos a seguinte lição no *Vocabulário da Língua Brasileira* (VLB) (v. I, p. 18): Abater maltratando – *aimombor çauçub*; e, segundo Navarro (NAVARRO, 2013, p. 299) *Aimombor ybype* – lancei-o no chão (VLB, II, p. 81). Cardoso interpreta o verbo como *a-i-mo-mbor*, eu o faço saltar (ANCHIETA, 1990, p. 148). A tradução de Platzmann *ich verschmähe* (eu desdenho, eu desprezo) representa um verbo com sentido figurativo, equivalente a lançar algo para longe, arremessar algo, ou rejeitar.
- 2 A lição de Navarro: *mondó* – mandar, fazer ir, enviar (NAVARRO, 2013, p. 304) e Martius (1867, p. 69): *mondó* – despedir, despachar, impor, mandar, ordenar, *schleudern*, *werfen*, *ausfertigen*, *darauf setzen*, *befehlen*. Cardoso apresenta: *a-i-mo-ndó* – eu o faço sair (ANCHIETA, 1990, p. 148).
- 3 Há uma concordância nas lições de Martius, Platzmann e Navarro.

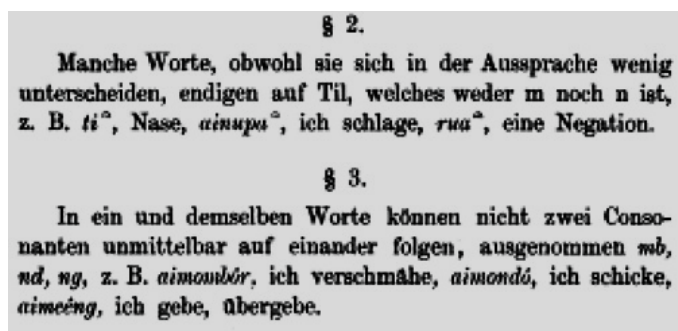


Figura 2. Excerto de tradução da gramática anchietana (PLATZMANN, 1874).

Manche Worte, obwohl sie sich in der Aussprache wenig unterscheiden, endlingen auf Til, welches weder m noch n ist, z.B. *tí*[^], Nase, *ainupa*[^], ich schlage, *rua*[^], eine Negation.

In ein und demselben Worte können nicht zwei Consonanten unmittelbar auf einander folgen, ausgenommen *mb*, *nd*, *ng*, z.B. *aimombôr*, ich verschmähe, *aimondó*, ich schicke, *aimeéng*, ich gebe, übergebe.

(Algumas palavras, embora difiram pouco na pronúncia, terminam em til, que não é nem m nem n, por exemplo, *tí*[^], nariz, *ainupa*[^], eu bato, e *rua*[^], uma negação.

Duas consoantes não podem se seguir em uma mesma palavra, com exceção de *mb*, *nd*, *ng*, por exemplo, *aimombôr*, eu desdenho, *aimondó*, eu envio, *aimeéng*, eu dou, entrego).

Já na segunda parte do primeiro capítulo, Anchieta descreve como o acréscimo de certas partículas no sistema verbal da língua, sobretudo em relação a radicais consonânticos, apresenta algumas diferenças e variantes, de uso na costa do Brasil. O acréscimo se dá nos tempos verbais do futuro, no modo indicativo, no optativo, e no tempo verbal do pretérito do conjuntivo, equivalente ao subjuntivo. Anchieta descreve que os verbos consonânticos são pronunciados integralmente de norte a sul, dos potiguares, limite ao norte do uso da língua, até os tamoios, limite ao sul (ANCHIETA, 1595, p.1f-1v). A variante linguística registrada se encontra com os tupis de São Vicente, cuja última consoante do radical do verbo não é pronunciada. Para ilustrar essa diferença, Anchieta se vale de quatro verbos terminados em consoante: *apâb*, *acêm*, *apên* e *aiúr*. Note-se que o acento sempre recai na última vogal do radical verbal, conforme a transcrição anchietana.

O uso do acento circunflexo por Anchieta parece, inicialmente, estar relacionado a critérios de acentuação das línguas vernaculares, como o português, e da língua latina no século XVI. Porém, encontramos em gramáticas e manuais latinos o registro de um padrão renascentista de acentuação, para uso no latim, como a obra de Marthurin Cordier, diferindo de nossa forma atual de uso dos mesmos sinais. Anchieta vale-se de quatro tipos de acentos para a transcrição da língua dos Tupinambás: o circunflexo /[^]/, o til /~/, o agudo /' / e o grave /`/, contudo o valor linguístico destes acentos diverge do uso atual, não sendo, diretamente, equivalentes.

O acento circunflexo está restrito ao final das palavras, conforme anotação de Anchieta, como relatado no terceiro capítulo da gramática, quando afirma que todas as palavras terminadas nas quatro vogais, a, e, i e o têm o acento na última vogal e são anotadas com circunflexo, o que não significa, propriamente, o grau de abertura da vogal (ANCHIETA, 1595,

p. 7f). Os termos transcritos por Anchieta com acento circunflexo têm leitura com vogal aberta, atualmente, como registra Lemos Barbosa: *açô, çatâ* (as-só, sa-tá).

Quando o acento circunflexo recai na penúltima sílaba, Anchieta busca marcar o fato de que as palavras são compostas, dando diversos vocábulos como exemplo, como *icatû-pe*, logo o valor do acento é fonético-morfológico, podendo também indicar uma leve pausa. O acento agudo é usado para as palavras terminadas em a, com acentuação ora na última sílaba, ora na penúltima (ANCHIETA, 1595). Já o acento grave é usado nas palavras monossílabas, na descrição anchietana. Anchieta registra o acento agudo nos verbos, na última vogal, como *ajucá*, exceto os verbos que terminam em i, precedendo outra vogal, que são chamados de verbos contratos: *acáí*. Como verbos contratos, ou terminados em ditongos, também são acentuados aqueles que terminam em u, precedido de vogal, como *xe éu* (ANCHIETA, 1595).

As regras para o uso dos acentos em língua latina foram variáveis no século XVI, nesse aspecto, a obra de Cordier nos dá uma noção geral do uso didático dos acentos, que deveria ser explicado pelo gramático, dado o seu caráter de notação. A utilização de acentos para o ensino de latim na educação humanística estava vinculada tanto a questões fonéticas quanto morfológicas, tendo em vista que o acento serviria para marcar não só a pronúncia, mas como o valor morfológico de substantivos e verbos em construções com ênclise, o que Anchieta também registra na descrição da língua dos Tupinambás.

A obra didática de Cordier (CORDIER, 1537) descreve regras gerais para humanistas, que eram professores de latim, empregarem no uso dos acentos didaticamente. Não era um uso padronizado à época, mas reflete a variação no uso dos sinais gráficos e no seu valor linguístico no período quinhentista. Os acentos deveriam ser utilizados para facilitar a pronúncia no ensino de latim aos meninos, e sua função seria a de permitir a percepção de nuances fonéticas e morfológicas:

De accentibus et notis admonitio

Quoniam bona pars Latini sermonis consistit in rectè proferendo: idcirco, ut rectae pronuntiationi doceamus pueros assuescere, in plurimis dictionibus accentus notauimus: quorum notae hae sunt (CORDIER, 1537, p. xii).

(Advertência sobre os acentos e acentuações)

Pelo fato de que boa parte do falar em latim consiste em pronunciar de forma correta, por este motivo, para que ensinemos aos meninos a se acostumarem com a pronúncia, anotamos o acento em diversas palavras, acentos dos quais estas são as notações).

O acento grave seria utilizado em latim apenas para as palavras invariáveis, notadamente, os advérbios de modo derivados de adjetivos. Algumas preposições e conjunções teriam o acento para marcar que seriam palavras indeclináveis, dessa forma, o acento não teria valor propriamente fonético, apenas indicariam que as palavras acentuadas dessa forma seriam indeclináveis. Nos exercícios de ensino de latim no período humanístico, em que Anchieta fora educado, declinar todas as palavras de um determinado

texto era uma tarefa comum para alunos iniciantes, assim a marcação auxiliaria a identificar quais palavras eram indeclináveis.

Accentus gravis

Ā, ē, î, ò, ù, signari solet in fine dictionum indeclinabilium, quae declinatae álibi reperiuntur: ut ferè, iustè, malè. Praeterea in quibusdam praepositionibus, ut cùm dicis, à patre (CORDIER, 1537, p. xii).

(Acento grave)

Ā, ē, î, ò, ù costuma ser assinalado no final das palavras indeclináveis, são encontradas declinadas em outros lugares, como *ferè* (quase), *iustè* (justamente), *malè* (mal). Além disso em algumas preposições e conjunções, como *cum dicis* (quando dizes) e *a patre*, a partir do pai).

Já o acento agudo poderia ser utilizado para marcar as palavras proparoxítonas na pronúncia, como *dominus*, ou palavras que receberam partículas enclíticas, como *uirumque*, a justaposição de *uirum* e *-que*, cuja sílaba tônica de *ui-* passa a *-rum*, graças à enclítica. O acento nesse caso possui valor fonético e morfológico, por indicar determinada constituição de ênclise.

Acutus

Ā, ē, î, ó, ú, ý, áe, óe. Hic ferè notatur aut in antepenultima, siue breui, siue longa, quoties breuius est penultima, ut dōminus, amāueram, aut in penultima longa, cùm longa quoque est ultima, ut legérunt. Apponitur etiam syllabae, quam statim sequitur enclitica dictio, ut Arma, uirúmque. Hominésne, feráene. Oblitúsue sui (CORDIER, 1537, p. xii).

(Agudo)

Ā, ē, î, ó, ú, ý, áe, óe. Este acento quase sempre é anotado na antepenúltima sílaba, seja com uma vogal breve, seja com uma longa, muitas vezes quando a mais breve é a penúltima, como *dōminus* (senhor), *amāueram* (tinha amado), ou na penúltima longa, quando a última também é longa, como *legérunt* (leram). É colocado também na sílaba que ora segue uma palavra enclítica como: *Arma uirúmque* (as armas e o herói), *hominésne, feráene* (por acaso, são homens, ou feras), *oblitúsue sui*, ou esqueceu-se de si).

O acento circunflexo era o menos usado em latim, servindo apenas para identificar palavras proparoxítonas, que poderiam ser facilmente confundidas, caso dos verbos de segunda conjugação no infinitivo presente, como *docere*. Nesse aspecto, marcaria apenas a duração da vogal, como vogal longa.

Circunflexus

Ā, ē, î, ô, ù. Hic nunquàm ferè notatur, nisi in penultima, eáque longa naturaliter, breui tamen ultima, ut docère (CORDIER, 1537, p. xii).

(Circunflexo)

Ā, ē, î, ô, ù. Este acento quase nunca é anotado, senão na penúltima, sendo esta longa, naturalmente, sendo breve, porém, a última, como *docère*, ensinar.

Na gramática de João de Barros (BARROS, 1540), o tema dos acentos é desenvolvido no capítulo sobre ortografia, ao final da gramática, opondo vogais “grandes”, ou “longas” e “pequenas”, ao que classificamos, atualmente, pelos graus de abertura. Note-se que Anchieta rotula o terceiro capítulo de sua gramática em latim: *De Accentu*, o que pode indicar a sua preferência no tema pela descrição da língua latina.

3. CONCLUSÃO

A gramática anchietana se inscreve em uma categoria de textos que se vincula à produção derivada da escola humanística quinhentista em Portugal e à educação missionária jesuítica. Como ponto de ancoragem, um dos primeiros textos gramaticais oriundos desta tradição humanística portuguesa foi a obra de Estevão Cavaleiro, a *Nova grammatices marie matris dei virginis ars*, publicada em 1516, em cujo prefácio há uma crítica a Pastrana e à gramática especulativa latina medieval. A gramática vernacular de João de Barros, de 1540, marca outro ponto de ancoragem, com o início de uma tradição de descrição da língua portuguesa dentro da tradição humanística, predominantemente latina até sua época. Os humanistas como gramáticos oscilavam entre a universalidade do latim e a especificidade do vernáculo, o que nos permite compreender a gramática anchietana como um texto que dialoga com a gramaticografia latino-portuguesa ao gramatizar uma língua indígena.

Nesse aspecto, o circuito mais amplo a que se vincula o pensamento linguístico anchietano é aquele relacionado à recepção da educação humanística europeia na América portuguesa, através da política missionária. A gramática na educação humanística costumava ser a primeira disciplina a ser estudada, sobretudo por crianças, enquanto os humanistas atuavam como preceptores, adotando os preceitos gramaticais no ensino de língua e literatura. Podemos refletir que o pensamento linguístico do humanismo renascentista português está representado em um polissistema de textos, isto é, no contexto europeu, materiais didáticos da época dialogam em sua estrutura e organização. Assim, por exemplo, pudemos tecer uma intertextualidade com o material didático de Marthurin Cordier, da escola humanística francesa, relacionada a André de Gouveia, e a gramática anchietana.

Essa intertextualidade não significa, necessariamente, que as obras de Cordier foram consultadas por Anchieta, apenas são indicadores do clima intelectual de sua época. A posição da gramática anchietana era de prestígio na América portuguesa, vindo a obra à publicação em Coimbra, em 1595. Elaborada a pedido de Nóbrega, sob indicações das *Constitutiones*, no contexto da política missionária e educacional, autorizada pelo *Regimento de Tomé de Souza*, a obra teria recepção entre seus pares, como Luís da Grã, que a divulgaria, conforme nota de Armando Cardoso (ANCHIETA, 1990). Em 1556, já se registra a primeira classe de gramática da língua dos Tupinambás, muito provavelmente com a obra de Anchieta. A língua também era chamada de grego, em virtude de substituir o ensino na América portuguesa da língua da Hélade, nas instituições jesuíticas desse período inicial.

Nesse aspecto, a posição da gramática anchietana era canônica, entre seus pares, sendo substituída apenas na geração seguinte de missionários, pela obra de Figueira. No campo analítico que Swiggers elenca para avaliar a composição e tonalidade dos textos

linguísticos, podemos evidenciar que a gramática anchietana estava em um morfótipo textual específico, como obra com finalidade missionária, derivada do modelo de gramáticas humanísticas editadas em Portugal. Institucionalmente, a gramática estava integrada à produção intelectual na América portuguesa, e ao reino absolutista português de então, tendo em vista a sua publicação na tipografia de Coimbra.

A maior inovação que traz é ser a primeira descrição e gramatização de uma língua indígena na América portuguesa, em uma comunidade linguística que até então desconhecia a escrita. O caráter intercultural é patente na obra, e, graças aos diversos testemunhos, pode-se notar que refletia a realidade linguística da época que descreve, sendo fonte confiável para o estudo sistemático das línguas indígenas no período inicial de colonização da América portuguesa.

O papel dinâmico (SWIGGERS, 2013) da gramática de Anchieta se apresenta em sua recepção, ao permitir a criação de classes de gramática para o ensino da língua dos Tupinambás na América portuguesa, tornando a comunicação mais eficiente entre europeus e indígenas, o que permitiria melhor resolução de conflitos, à época, e uma maior aproximação cultural, além de fomentar uma incipiente prática literária humanística. Anchieta além da gramática teria encetado a prática literária poética e dramática, com a língua indígena, inspirado, sobretudo, em Gil Vicente, em suas obras dramáticas, ao compor autos religiosos que seriam outro componente da educação humanística nesse contexto histórico e social.

Os ideais humanísticos do período renascentista, derivados da paidéia grega, da *humanitas* ciceroniana, repensados por Petrarca, e que se disseminaram por toda a Europa tiveram a sua recepção no contexto da América portuguesa, com missionários como Anchieta, que constituíam os primeiros círculos intelectuais euro-brasileiros. A América portuguesa quinhentista era uma sociedade incipiente, multicultural, plurilíngue, ainda em formação, mas marcada pela desigualdade social e pela escravidão. O Estado do Brasil, consolidado no *Regimento de Tomé de Souza*, em 1548, teve nas instituições missionárias seus primeiros círculos intelectuais a refletir sobre língua e literatura.

REFERÊNCIAS

ANCHIETA, José de. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Coimbra: António de Mariz, 1595.

ANCHIETA, José de. *Artes de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Introdução, tradução e notas de Armando Cardoso. São Paulo: Loyola, 1990.

ANCHIETA, José de. *Cartas de Anchieta – correspondência ativa e passiva*. Edição de Hélio Viotti. São Paulo: Loyola, 1984.

BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Lodovicum Rotorigum, 1540.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Descrição de línguas indígenas em gramáticas missionárias do Brasil colonial. *Delta*, n. 21, p. 121-147, 2005.

CASAGRANDE, Nancy dos Santos. *A implantação da língua portuguesa no Brasil do século XVI*. São Paulo: Editora PUC-SP, 2005.

CAVALIERE, Ricardo Stavola. Gramaticografia da língua portuguesa no Brasil: tradição e inovação. *Limite*, n. 6, p. 217-236, 2012.

SOCIETAS IESU. *Constitutiones Societatis Iesu*. Romae, in aedibus societatis Iesu, 1558.

CORDIER, Marthurin. *De corrupti sermonis emendatione libellus*. Lugduni: Gryphium, 1537.

HANSEN, João Adolfo. *Manual da Nóbrega*. Recife: Massangana, 2010.

KALTNER, Leonardo Ferreira. As ideias linguísticas no discurso De Liberalium Artium Studii (1548). *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 56, p.197 - 217, 2019a.

KALTNER, Leonardo Ferreira; SANTOS, M. C. S.; TEIXEIRA, V. L. Gaspar da Índia: o língua e o Brasil quinhentista. *Confluência*, v.57, p. 9-35, 2019b.

KALTNER, Leonardo Ferreira.; SILVA, S. C. S. Gramáticas e gramaticografia: uma análise pela Historiografia Linguística. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, ano 25, n. 75, v. 2 p.1564 - 1572, set./dez. 2019c.

KALTNER, Leonardo Ferreira. O Brasil quinhentista e a Historiografia Linguística: interfaces. *Cadernos do CNLF (Cífeffil)*, n. 23, p.424-439, 2019d.

KALTNER, Leonardo Ferreira. Monumenta Anchieta à luz da Historiografia Linguística: o trabalho filológico de Pe. Armando Cardoso, SJ (1906-2002). *Cadernos de Linguística da Abralin*, ano 1, n.1, p.01-15, 2020a.

KALTNER, Leonardo Ferreira. *O pensamento linguístico de Anchieta e de Carl von Martius: estudos historiográficos*. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020b.

KALTNER, Leonardo Ferreira. Por uma edição crítica da gramática de Anchieta (1595). *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, ano 26, n. 76, v. 2., p.717 - 731, set./dez. 2020c.

KALTNER, Leonardo Ferreira. Regna Brasilica: contextualização da Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil (1595). *Revista da Abralin*, n.19, p.1 - 25, 2020d.

KALTNER, Leonardo Ferreira; SANTOS, M. C. S. Schola Aquitanica e a gramática de Despauterius: intertextualidades. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, n. 76, v. 2, p.750-759, 2020e.

KALTNER, Leonardo Ferreira. The Grammar Corpus in the Horizon of Retrospection of S. José de Anchieta, SJ (1534-1597). *Global Journal of Human-social Science: G Linguistics & Education*, n. 20, p.37-44, 2020f.

KOERNER, Konrad. Questões que persistem em Historiografia da Linguística. *Revista da Anpoll*, n. 2, p. 45-70, 1996.

MARTIUS, Carl F. Ph. von. *Glossaria Linguarum Brasiliensium*. Leipzig: Friedrich Fleisher, 1867.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Dicionário tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil*. São Paulo: Global, 2013.

PLATZMANN, Julius. *Arte de gramatica da lingoa mais usada na costa do Brasil, feita pelo Pe. Joseph de Anchieta*. Edição fac-símile. Leipzig: Teubner, 1876.

PLATZMANN, Julius. *Grammatik der Brasilianischen Sprache mit zugrundelung des Anchieta*. Leipzig: Teubner, 1874.

RODRIGUES, Aryon Dall'Ígna. *Phonologie der Tupinambá-Sprache*. 1958. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Universidade de Hamburgo, 1958.

SANTOS SOBRINHO, J. A. *Dois tempos da cultura escrita em latim no Brasil: o tempo da conservação e o tempo da produção – discursos, práticas, representações, proposta metodológica*. 2013. Tese de doutorado (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SWIGGERS, P. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. *Confluência*, n. 44-45, p. 39-59, 2013.

TUFFANI, Eduardo. Uma tese de Tupi antigo I. *Revista Philologus*, n. 52, p. 134-162, 2012.

VIOTTI, Hélio. *Anchieta, o Apóstolo do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1980.

ZWARTJES, Otto. *Portuguese missionary grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550-1800*. Amsterdam: John Benjamins, 2011.